

TÍTULO DO TRABALHO			
A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: um estudo sobre a particularidade da formação das classes sociais brasileira			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Rachel Silva Rodrigues	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Discente
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se dá de forma específica. A burguesia brasileira opta por associar-se de forma subordinada à burguesia dos países do centro para manter seu poder e privilégios internamente. Assim, a revolução burguesa no Brasil aparece vinculada à necessidade das burguesias externas e condicionada pela difusão do capitalismo no centro em seu desenvolvimento maturado. Para tanto, faz-se necessário entender como o Brasil nasce para atender às necessidades dos países capitalistas do centro e, também, como essa mesma lógica permanece mesmo após a consolidação do capitalismo no Brasil. Importa-nos este trabalho no sentido da pertinência deste tema para a compreensão da nossa formação, bem como, pensarmos como superar as contradições do capitalismo e, mais especificamente, as contradições e particularidades do capitalismo periférico.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Revolução Burguesa, Classe trabalhadora, Classes sociais.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The development of capitalism in Brazil is a specific way. The Brazilian bourgeoisie chooses to join a subordinate way to the bourgeoisie of the center of the country to maintain their power and privileges internally. Thus the bourgeois revolution in Brazil is linked to the need of external and conditioned by the bourgeoisie spread of capitalism in the center in their matured development. Therefore, it is necessary to understand how Brazil is born to meet the needs of the capitalist countries of the center and also how that same logic remains even after the consolidation of capitalism in Brazil. It us this work towards the relevance of this theme for the understanding of our training as well, think how to overcome the contradictions of capitalism and , more specifically , the contradictions and peculiarities of peripheral capitalism .</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Bourgeois revolution , working class , social Classes.			
EIXO TEMÁTICO			
7. Mercado Mundial, imperialismo e luta de classes.			

A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: um estudo sobre a particularidade da formação das classes sociais brasileira.

Introdução

A consolidação do capitalismo no Brasil se dá de forma particular. Assim, para entendermos a formação das classes sociais no Brasil e mais detidamente a revolução burguesa no Brasil e suas particularidades faz-se necessário partir do seu processo histórico específico para, então, compreendermos as marcas que esse processo deixou na sociedade brasileira e na constituição de suas classes sociais. Segundo Florestan Fernandes (FERNANDES, 2006, p.50), a característica fundamental e determinante de sua particularidade, uma revolução social brasileira que parte de *cima*, sem a participação efetiva da grande massa da população, inserindo-se na lógica do modo de produção capitalista e consolidando um capitalismo subdesenvolvido e dependente. O particular processo de formação brasileira faz com que a classe trabalhadora tenha pouco espaço de manobra para conseguir melhorias mesmo dentro do modo de produção capitalista.

O Brasil, enquanto colônia constitui-se com um único objetivo: produzir gêneros que satisfaçam as necessidades do mercado externo. Diz-nos Caio Prado Jr:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira (PRADO JR, 1987, p.32).

E o que temos, depois da Independência, é a reafirmação dessa condição econômica, social e política da produção voltada para satisfazer as necessidades externas, servindo de mero apêndice à acumulação capitalista dos países centrais e hegemônicos. O tipo de capitalismo que se desenvolve aqui é particular, pois a *elite nativa* preocupa-se antes com a sua vida material do que com as necessidades da nação. Assim:

[...] Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político. O conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, ditados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história. Além disso, o mandonismo oligárquico reproduzia-se fora da oligarquia. O burguês que o repelia, por causa de interesses feridos, não deixava de pô-lo em prática em suas

relações sociais, já que aquilo fazia parte de sua segunda natureza humana. (FERNANDES, 2006, p.241)

A grande preocupação da *burguesia nativa* era manter-se no poder, nem que para isso fosse necessário manter as velhas estruturas originadas na colônia, e eis que esse vai ser o objetivo que norteará a elite até os dias atuais. A revolução que se consolida no Brasil vai ser a revolução puramente política, tendo esta um sentido mesquinho: manter a burguesia no poder à custa de manter a grande massa da população sempre à mercê dos processos que ocorrem no país. “[...] É dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse ao terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe” (FERNANDES, 2006, p. 240). Diferentemente de outras experiências, a burguesia brasileira associa-se ao Estado e à burguesia externa para auxiliar na consolidação de seus interesses de classe.

Assim, a “modernização do Brasil”, com relação ao contexto mundial do capitalismo, é realizada com o objetivo de manutenção dos fundamentos coloniais de sua organização produtiva, na medida em que a burguesia agroexportadora articula-se com a burguesia industrial britânica. Diferentemente dos processos bonapartistas clássicos há o processo brasileiro, não só a conciliação com a estrutura produtiva colonial, mas também uma conciliação onde a burguesia brasileira *cede seu poder econômico para manter o poder político*, que, diga-se de passagem, terá sua autonomia nos limites impostos pelas potências industriais europeias, agora em processo acelerado rumo ao imperialismo, de cuja cadeia o Brasil será um dos elos débeis. (MAZZEO, 2015, p. 113).

Portanto, essa será a opção da burguesia brasileira manter-se a todo custo no poder renunciando até mesmo o poder econômico em favor das burguesias externas. Mantendo aversão a qualquer possibilidade de participação do povo nos principais processos ocorridos no país. Para ela qualquer participação popular colocaria em risco seus ideais conservadores e a permanência do status quo defendido veementemente pela burguesia brasileira.

Para tanto, faz-se necessário entender e compreender a formação da burguesia brasileira no Brasil, a participação desta nos processos ocorridos no país e suas especificidades. Segundo Florestan Fernandes, “há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vale para as diversas situações criadas pela ‘expansão do capitalismo no mundo moderno’” (FERNANDES, 2006, p. 251). Portanto, o processo da revolução burguesa no Brasil se desdobrou de acordo com a formação de suas classes sociais. Além disso, há no Brasil uma questão importante abordada por Antonio Carlos Mazzeo (MAZZEO, 2015), sobre a influência da escravidão no processo de modernização brasileira. Como este se torna um entrave ao pensamento

liberal e garante a permanência do caráter extremamente conservador do processo revolucionário no Brasil.

A colonização e seu sentido

A colônia se reproduz com o intuito de promover a acumulação das nações hegemônicas. Mas, no século XVIII, contamos com uma elite que já tem condições de decidir o caminho que a colônia vai percorrer e essa decisão vai marcar a nossa formação até os dias atuais. Essa escolha não é só da elite interna, pois abrange todo o sistema. Por isso, analisaremos a decisão interna influenciada pela burguesia externa e as circunstâncias em que se consolida o capitalismo no Brasil.

Florestan Fernandes (FERNANDES, 2006, p.123) nos fala sobre a importância da inserção do liberalismo no Brasil. Este terá um papel importante na colônia como ideologia e fará a diferença no pensamento da elite com relação à mudança. Essa mudança passará a ser bem vista na colônia, onde a elite quer ter mais poder de mando. Ela não se opunha ao sistema colonial, mas, sim aos limites sociais, econômicos e políticos impostos pelo estatuto colonial. Dentro do estatuto colonial isso não é possível, a “elite nativa” é subordinada aos desmandos da Metrópole. Segundo Florestan Fernandes, não se pode associar o senhor de engenho, da colônia, com o burguês. O surgimento deste na colônia será particular, não terá origem, como nos países de Revolução burguesa clássica dos feudos (FERNANDES, 2006). Assim,

O burguês já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (não importando muito seu gênero de negócios: se vendia mercadorias importadas, especulava com valores ou com o próprio dinheiro; as gradações possuíam significação apenas para o código de honra e para a etiqueta das relações sociais e nada impedia que o “usurário”, embora malquisto e tido como encarnação nefasta do “burguês mesquinho”, fosse um mal terrivelmente necessário). Pela própria dinâmica da economia colonial, as duas florações do “burguês” permaneceriam sufocadas, enquanto o escravismo, a grande lavoura exportadora e o estatuto colonial estiveram conjugados. A independência, rompendo o estatuto colonial, criou condições de expansão da “burguesia” e, em particular, de valorização social crescente do “alto comércio”. Enquanto o agente artesanal autônomo submergia, em consequência da absorção de suas funções econômicas pelas “casas comerciais importadoras”, ou se convertia em assalariado e desaparecia na “plebe urbana”, aumentava o volume e a diferenciação interna do núcleo burguês da típica cidade brasileira do século XIX. Ambos os fenômenos prendem-se ao crescimento do comércio e, de modo característico, à formação de

uma rede de serviços inicialmente ligada à organização de um Estado nacional, mas, em seguida, fortemente condicionada pelo desenvolvimento urbano (FERNANDES, 2006, p.34-35).

Assim, o burguês surge no Brasil de atividades que na colônia não eram centrais. Na verdade, o que surge no Brasil não vai ser uma classe propriamente dita, no sentido clássico. Será, nas palavras do autor, uma *congérie social*. O que une essa *congérie* vai ser o interesse por aumentar seus lucros e por manter-se no poder. Assim, se a colônia permanecesse não seria possível haver autonomia. Optam, portanto, pela modernização, por romper com o estatuto colonial, mas, mantendo traços coloniais. Florestan Fernandes dirá que essa será a permanência do “velho” com o “moderno”. Essa correlação de dois setores, de duas forças tornará a inserção do capitalismo no Brasil específica, afirma a dependência e o subdesenvolvimento porque mantém os mesmos laços com as nações hegemônicas. Ao mesmo tempo, esses laços não podem ser rompidos porque é a dependência brasileira que estrutura o modo de produção capitalista. Continuaremos nos especializando na produção de gêneros de necessidade para o mercado externo. E importaremos suas manufaturas possibilitando o avanço do capitalismo (FERNANDES, 2006, p.35).

As ideias de liberdade de comércio vindas de fora logo mudam o pensamento em todos os sentidos social, cultural e econômico internamente. E isso, por um lado, será bom, pois possibilitará mudanças importantes. Com a Independência, o Brasil internalizará uma parte dos lucros vindos da agricultura aumentando a dinâmica interna. Socialmente, a abolição da escravidão virá de uma necessidade da Inglaterra por consumidores para os seus produtos manufaturados; a essa altura já ocorreu a Revolução Industrial que marca a consolidação do modo de produção capitalista; e por outro lado, internamente, a escravidão passa a ser desaprovada por uma parte da elite nativa. Manter a escravidão rompendo com o estatuto colonial, levando em consideração que na Europa os trabalhadores já eram *livres como pássaros*¹, era uma anomalia já que, pretendia-se formar uma nação no seu sentido estrito.

Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos “brancos” e para os “brancos”: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiria o estatuto colonial, pretendia organizar-se como nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (FERNANDES, 2006, p.35-36).

E se o caráter das orientações da Colônia se alterou isso não decorreu de uma política deliberada e aplicada com certo afinco. Mas da lenta reação da população

¹ Termo cunhado por Karl Marx em “O capital” referindo-se aos trabalhadores expropriados da terra e dos meios de produção tomando-se assim “livres como pássaros” para vender a única mercadoria que possuíam, a sua força de trabalho.

da sociedade colonial, que descobriu que o antigo sistema colonial não reproduzia nem levava a outra coisa senão ao próprio sistema colonial (FERNANDES, 1976, p.19).

Em face do imobilismo que o estatuto colonial prometia a *burguesia* opta pela Independência específica. Mas, a independência não significa grandes alterações para a grande massa da população. Segundo Florestan Fernandes, a independência permitiu que houvesse mudanças na colônia, e significou a “burocratização” do poder interno da elite (FERNANDES, 1976, p. 14).

Cabe ressaltar que existe um ponto fundamental em que Florestan Fernandes (FERNANDES, 2006) diverge dos demais autores que tratam deste tema, e é de suma importância. O autor atribui à *elite nativa* certa *autonomia* interna quando afirma que entre permanecer colônia estagnada e a Independência, preferem esta. Existiram alguns fatores que os levaram a isso: seria somente uma parte da renda da lavoura que ficava na Colônia; o sistema colonial organizava-se para drenar riquezas para fora. Florestan nos diz que a parte da renda que ficava na colônia destinada aos senhores de engenho não passava de uma remuneração. Portanto, o sistema colonial gerava uma acomodação interna não permitindo outros dinamismos econômicos. Segundo o autor, o seu único pólo dinâmico que poderia gerar autonomia, justamente neutralizava essa autonomia, pois era organizado para servir ao capital comercial.

Mas, ao mesmo tempo em que nos mostra os elementos que levam a elite a *optar* pela independência, o autor faz uma importante referência de como esse *elemento humano* que é capaz de mudar a situação da colônia social, política e economicamente, é também o sujeito que preserva a estrutura colonial. Eis aí a contradição, o *agente humano* que tem possibilidade de consolidar o capitalismo, é o mesmo que preserva as características do estatuto colonial (FERNANDES, 2006, p.42).

[...] Em outras palavras, aceitava uma especialização no nível da economia internacional da época que o convertia no principal elemento humano da preservação, fortalecimento e expansão do próprio sistema colonial. O que nos interessa, aqui, é o que significam, subjetiva e funcionalmente, tais acomodações econômicas. Passava a fazer parte da mentalidade econômica do agente a ausência de ambições que pudessem conduzir seus comportamentos ativos em novas direções, inclusive na de romper os bloqueios que pesavam sobre a grande lavoura por causa da existência do sistema colonial (FERNANDES, 2006, p.43).

O fato é que com a Independência e a tentativa de formação de um Estado Nacional, internaliza-se parte da renda que ia para o exterior; isso faz com que surjam novos dinamismos

internos. Os senhores em busca da formação do Estado Nacional passam a sair do mundo em que viviam nas fazendas e a frequentar outros ambientes. Portanto,

Essa porção de senhores rurais tendeu a secularizar suas ideias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram malvistas e proscritas no passado (FERNANDES, 2006, p.45).

Outro ponto de extrema importância é que depois da Independência, não mudam as condições do escravo. A elite continua, e agora com maior afinco, a defender seus interesses escravocratas, pois, estes passaram a contar com as *vantagens da espoliação* escravista. “A escravidão mercantil se desvencilha da ‘cadeia colonial’ e o único beneficiário dessa rotação histórica é o senhor senhorial.” A escravidão passa a ser a base do crescimento do capital mercantil dentro do país. Ainda que parte dos lucros produzidos pelo tráfico fosse para fora uma boa parte ficava no país. O aparecimento deste “mercado moderno” contribui para o surgimento de novos papéis econômicos para o senhor que passa a ter uma vida urbana. O significado da escravidão para a acumulação primitiva na Europa passou a aparecer no Brasil com o surgimento do capitalismo comercial interno (FERNANDES, 1976).

Externamente, Fernando Novais (NOVAIS, 1989) nos fala que a motivação para a abolição do tráfico negreiro será a necessidade por mercados consumidores de produtos manufaturados da Inglaterra pós Revolução Industrial, fruto do sucesso e contraditória crise do Antigo Sistema Colonial. A escravidão que renasce para a acumulação no mercantilismo deve ser abolida para tornar os trabalhadores livres e, assim, consumidores. Esse vai ser o fator que vai impulsionar a extinção do tráfico, que no Brasil ocorre tardiamente, pois, como já mencionado, o escravo promove a acumulação na colônia (NOVAIS, 1989, p.111).

O mecanismo fundamental, portanto mantém-se. O universo das relações mercantis é função dos senhores e, digamos, agregados. A massa de produtores diretos (escravos) vive fora das relações mercantis, e isso trava a constituição do mercado interno. No conjunto, tal configuração do mundo colonial responde ao funcionamento do sistema, enquanto as economias centrais se desenvolvem apenas no nível da acumulação primitiva de capitais, e a produção se expande no nível artesanal, ou mesmo manufatureiro. Quando, porém essa etapa é ultrapassada, e a mecanização da produção com a Revolução Industrial, potenciando a produtividade de uma forma rápida e intensa, leva a um crescimento da produção capitalista num volume e ritmo que passam a exigir no ultramar mais amplas faixas de consumo, consumo não só de camadas superiores da sociedade, mas agora da sociedade

como um todo, o que se torna imprescindível é a generalização das relações mercantis. Então o sistema se compromete, e entra em crise (NOVAIS, 1989, p.112).

Internamente, segundo Florestan Fernandes (FERNANDES, 1976), esse vai ser um dos motivos que levam à abolição da escravidão. Essa vai ser a opção no Brasil: “Ou ela ou o capitalismo”. A escravidão permitiu o aparecimento do comércio e de uma nova dinâmica econômica. A independência permitiu que a acumulação que antes era fora do país passasse a ser pelo menos em parte internalizada.

O grau de internalização institucionalizada de complexas funções comerciais e financeiras é suficiente para garantir um aproveitamento mais amplo e, mesmo, revolucionário do capital mercantil acumulado através da produção escravista. O que faz com que ele ajude a financiar, juntamente com o capital mercantil captado no Exterior, um vasto processo de criação de infra-estrutura econômica, de crescimento da grande lavoura, de modernização urbana, de diferenciação econômica no sentido da industrialização e, até, de imigração, expansão da pequena propriedade ou do trabalho livre etc. Nas convulsões finais, portanto, a escravidão mercantil exercia influências construtivas que não preencheria antes, nem no período colonial nem no período de transição neocolonial, pela simples razão que antes não existia um meio capitalista consolidado, capaz de ampliar e de aproveitar seus efeitos multiplicadores. Sob um capitalismo comercial plenamente constituído e quase maduro, não se tratava mais de provocar certos deslanches. Mas, de por a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da revolução burguesa (FERNANDES, 1976, p.30).

Florestan Fernandes (FERNANDES, 2006) admite a existência de *agentes humanos* capazes de engendrar o capitalismo a partir da Independência e dos lucros obtidos com o tráfico de escravos. Isso é o que há de contraditório, algo com características *arcaicas* como a escravidão, sem a menor dúvida, desumana e ao custo do sofrimento alheio, permite o aparecimento de dinamismos *modernos* no país.

É relevante destacar o modo como os senhores, agora modificados os seus papéis, levam as mudanças no país pensando estritamente em manter sua posição e aumentar seus lucros, não importando a forma. Em nenhum momento houve a defesa dos direitos dos cidadãos. Mesmo com a Independência essa *burguesia* era revolucionária quando rompe com o *antigo sistema* e torna-se politicamente autônoma, mas mantém a mesma estrutura, onde a grande massa da população está à margem das transformações ocorridas no país.

[...] Essa “articulação pelo alto”, que levou à ruptura com Portugal, à unidade das frações de classes em luta e à entronização de D. Pedro sem os traumas de uma

convulsão social – com a inevitável participação das massas populares -, proporcionou um momento de rearticulação dos grupos em disputa e refletiu a homogeneidade, na maioria dos líderes da independência, da postura de alijar as massas de qualquer processo político- social, confirmando a não existência de divergências fundamentais, no que se refere à visão antipopular e da manutenção de uma economia de vezo colonial, por parte das frações burguesas em disputa. (MAZZEO, 2015, p.83)

Sobre a absorção do liberalismo no Brasil, Florestan Fernandes (FERNANDES, 2006) fala que ela se deu de forma específica, pois serviu para afirmar as características *heteronômicas*. De nenhuma forma representou autonomia do país com relação aos países europeus.² Este traço colonial permaneceu intacto, com a ressalva de que parte do lucro agora passou a ser absorvido internamente pela *burguesia nascente*. As funções que o liberalismo desempenhou foram contribuir para a formação da nação e orientar o desenvolvimento de uma ordem social nacional mantendo traços *heteronômicos* (FERNANDES, 2006, p.55). Ou seja, extingue o *estatuto colonial* mantendo os traços de dependência econômica. A produção interna continuará baseada no setor agrícola. Mas o autor ressalta o lado *positivo* do liberalismo como a força que impulsionou a revolução brasileira.

De um lado, malgrado a contenção de sua amplitude revolucionária (calibrada por “interesses senhoriais” e nos limites da supressão do “esbulho colonial” em termos desses interesses), ele concorreu para revolucionar o horizonte cultural das elites nativas. Primeiro, propiciando-lhes categorias de pensamento e de ação que conduziram ao desmascaramento do “esbulho colonial” e à oposição ao “sistema colonial”. Segundo, alterando suas perspectivas de percepção do uso, da importância e da organização do poder em termos da sociedade global. Terceiro, preparando-as intelectualmente tanto para os conflitos que as uniam contra o estatuto colonial, quanto para a defesa da Independência, da Monarquia constitucional e da democratização do poder político no âmbito de sua camada social (FERNANDES, 2006, p.55).

O que é relevante, nesse ponto, é que a mudança social, cultural, política e econômica que os senhores estabelecem, e aqui a nossa posição é consonante com o autor, não são mudanças estruturais e socialmente importantes para os trabalhadores. Admite-se que a *burguesia* interna teve um papel importante na modernização do país. Fica evidente, como já apontado pelo autor, que o

² O liberalismo, segundo Antonio Carlos Mazzeo, assume duas faces de acordo com a particularidade e o momento histórico em que se insere no país. Portanto, “No início do pleno avanço burguês, enquanto modo de produção, o liberalismo recorreu à prática revolucionária, porque era a expressão mesma de uma classe revolucionária, que se encontra na oposição às forças do antigo regime, combatendo o absolutismo e seus privilégios exclusivistas. O liberalismo é revolucionário quando a burguesia tem de pôr abaixo os entraves feudais que restam por sua plena ascensão. Por outro lado, é refreador do processo revolucionário e torna-se conservador, quando esses entraves são eliminados através de reformas “pelo alto” e pactos com a antiga nobreza, que se transfigura em “burguesia titulada” ou, ainda, com a tomada do poder e a eliminação do que lhe ameaça o poder.” (MAZZEO, 2015, p.99).

espírito burguês dessa burguesia não lhes permite pensar em mudanças significativas para o conjunto da nação. A inserção do liberalismo em uma estrutura *heterônoma* reitera o *espírito* do privilégio de poucos e o viés mercantil da burguesia.

As normas constitucionais que regulavam os direitos de escolha e de representação, através das eleições primárias e das eleições indiretas, bem como o poder de decisão inerente aos diferentes mandatos eletivos e a possibilidade aberta ao poder moderador de recrutar ministros e conselheiros de Estado entre deputados e senadores, condicionavam uma tal concentração do poder político no nível dos privilégios senhoriais, que “sociedade civil” e “estamentos sociais dominantes” passaram a ser a mesma coisa. De fato, não só o grosso da população ficou excluído da sociedade civil (FERNANDES, 2006, p.59).

Significa que o liberalismo permitiu que o *moderno* fosse possível, mas, concomitantemente, não se supera o *atrasado*. A elite vai fazer com que os seus interesses particulares tornem-se os da nação. Essa era a democracia estabelecida na colônia. Os privilégios eram de uma pequena minoria.

Algo crucial é entender que a elite se dividia entre a parte que preservava as velhas estruturas e outra que queria *elementos modernos*. E esse vai ser cerne da dinâmica econômica no país.

[...] O desenvolvimento prévio da sociedade, sob o regime colonial, não criara, por si mesmo, uma nação. Mas dera origem a estamentos em condições econômicas, sociais e políticas de identificar o seu destino histórico com esse processo. Desse modo, a constituição de um Estado nacional independente representava o primeiro passo para concretizar semelhante destino. Por meio dele, os interesses comuns daqueles estamentos podiam converter-se em interesses gerais e logravam condições políticas para se imporem como tais. Ao se concretizarem politicamente, porém, os referidos interesses tinham de se polarizar em torno da entidade histórica emergente, a nação. Somente ela poderia dar suporte material, social e moral à existência e à continuidade de um Estado independente. Assim, ao enlaçar-se à fundação de um Estado independente e à constituição de uma sociedade nacional, a dominação patrimonialista passou a preencher funções que colidiam com as estruturas sociais herdadas da Colônia, com base nas quais ela deveria resguardar e fortalecer. Sua duração, em condições de equilíbrio relativo e de indiscutível eficácia (pelo menos dentro dos limites dos desígnios políticos dos estamentos senhoriais), sugere que ao longo da evolução do Império ela não chegou a ser posta em causa realmente e que não surgiram forças sociais novas, empenhadas em

rearticular, politicamente, transformação da *ordem social global e integração nacional* (FERNANDES, 2006, p.76).

Segundo Florestan Fernandes, o que separa a *era senhorial* da *era burguesa* vai ser um momento de transição, que no Brasil ocorrerá com quatro séculos de atraso. O autor afirma que essa transição não será uma crise; será antes uma passagem de um momento a outro, não havendo, portanto, comparação com a transição ocorrida nos países onde a revolução se deu na forma clássica. As condições que antes eram de total privilégio da minoria em detrimento da grande massa da população continuarão as mesmas na passagem para a *era burguesa*. Nesse sentido,

Há burguesias e burguesias. [...] Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para “a transformação capitalista” e a “revolução nacional e democrática”. O que quer dizer que a Revolução Burguesa pode transcender à transformação capitalista ou circunscrever-se a ela, tudo dependendo das outras condições que cerquem a domesticação do capitalismo pelos homens. [...] Sob o capitalismo dependente a Revolução Burguesa é difícil – mas é igualmente necessária, para possibilitar o desenvolvimento capitalista e a consolidação da dominação burguesa. E é inteiramente ingênuo supor-se que ela seja inviável em si e por si mesmo, sem que outras forças sociais destruam ou as bases de poder, que a tornam possível, ou as estruturas de poder, que dela resultam (e que adquirem crescente estabilidade com a consolidação da dominação burguesa) (FERNANDES, 2006, p.251-252).

Em benefício próprio e em detrimento da construção nação, a elite brasileira serviu de alavanca para a acumulação de capital nos países centrais e para o fortalecimento dessas nações. Com isso, reafirmou-se o papel brasileiro de apêndice das nações do centro, onde a organização da economia brasileira se dará, ao longo dos séculos, para suprir as necessidades desses países. Essa é a opção que a burguesia brasileira fez e que se reafirmará ao longo da história. Assim, “Estado centralizado e sistema colonial conjugam-se pois para *acelerar a acumulação de capital comercial pela burguesia mercantil europeia*” (NOVAIS, 1985, p.51). E quando da transição para a chamada *era burguesa* ou para a *modernidade* a organização econômica, social e política e o seu sentido não serão diferentes. E, é claro, nesse processo de beneficiamento de uma minoria, a grande massa da população é sempre a onerada. As condições de luta da classe trabalhadora ficam desse modo, solapadas por nossa formação específica.

A revolução burguesa no Brasil e suas particularidades

A grande preocupação da burguesia brasileira não era a revolução social, democrática e econômica do país, era antes manter-se no poder a qualquer custo, e isso vai ser possível através dos traços *heteronômicos* originados na colônia. As mudanças ocorridas, a revolução propriamente dita, e específica, dar-se-á devido às circunstâncias históricas emanadas de fora e que, como reafirmam a burguesia brasileira como classe dominante será permitida por esta. A especificidade brasileira é a consolidação da *era burguesa* mantendo a base da chamada *modernidade no setor atrasado*.

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quando do “adiantamento” das populações. [...] No mais, ela florescia num meio em que a desagregação social caminhava espontaneamente, pois a Abolição e a universalização do trabalho livre levaram a descolonização ao âmago da economia e da sociedade. Sem qualquer intervenção sua intolerante ou ardorosa, a modernização caminhava rapidamente, pelo menos nas zonas em expansão econômica e nas cidades mais importantes em crescimento tumultuoso; e sua ansiedade política ia mais na direção de amortecer a mudança social espontânea que no rumo oposto, de aprofundá-la e de estendê-la às zonas rurais e urbanas mais ou menos “retrógradas” e estáveis (FERNANDES, 2006, p.240-241).

É de extrema importância ressaltar esse ponto para esclarecer como os nexos originados da colônia permanecem mesmo após a Independência e todos os outros processos que vieram após. Esses fatores reafirmam a concentração de renda que permanecerá até os dias atuais e impulsionam os salários dos trabalhadores para baixo. Todos esses fatores diminuem o poder de barganha dos trabalhadores no Brasil, limitando-os na luta por melhores condições de existência, mesmo que *dentro da ordem*. Concomitantemente, a *burguesia brasileira* interessa-se por manter o *pacto* com as burguesias externas abrindo mão do poder econômico em favor tão somente de poder político.

Para tanto, podemos observar quais são as prioridades da burguesia *brasileira* quando da passagem do Brasil para a chamada *era burguesa* ou *modernidade*. “Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico” (FERNANDES, 2006, p.242). A economia continuará voltada para atender as necessidades de fora, basicamente a dinâmica econômica será dada pelo

setor agroexportador de produtos primários e a grande massa da população fica excluída de todos esses processos condicionada por sua formação específica.

A questão que nos é de extrema importância é que a burguesia se forma de uma forma particular. Onde a ideia de burguesia era a mesma dos países de revolução clássica, o que se esperava da nossa burguesia era que esta promovesse e possibilitasse o surgimento de um capitalismo nos marcos do capitalismo de países hegemônicos. O que podemos observar é que “a burguesia republicana furta as roupagens do arsenal ideológico e utópico das nações hegemônicas e centrais” (FERNANDES, 2006, p.248). Isso não quer dizer que aqui as coisas deram-se do mesmo jeito dos países hegemônicos e centrais. Há uma característica importante, ressaltada por Florestan Fernandes, que é a total aversão da burguesia brasileira a qualquer outra classe que queira realizar, mesmo que dentro da ordem, o seu papel, o papel que ela mesma não cumpriu. Portanto,

[...] Também explica a exacerbada insegurança demonstrada pela burguesia diante dos movimentos demagógico-populistas ou da pressão sindical (todos mais ou menos “controlados a partir de cima”); e sua extrema intolerância diante de manifestações potencial ou efetivamente autônomas do movimento operário. Ao que parece, onde a dominação burguesa não se revela capaz de mobilizar e aplicar semelhante reserva de poder, ela corre o risco de ser facilmente deslocada por grupos que invadem o referido espaço político: não importa se em nome de uma “revolução dentro da ordem” ou da “simples consolidação do regime”. Isso faz que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa (FERNANDES, 2006, p.249).

Para isso, Florestan afirma que o fato de a burguesia brasileira ser específica e não ser possível a consolidação da “era burguesa” nos marcos dos países centrais e hegemônicos, não significa dizer que ela seja “por isso mesmo, irracional e irresponsável” (FERNANDES, 2006, p.250). Não havia ameaças reais contra a burguesia, portanto, esse medo e essa total aversão à classe trabalhadora não se justifica. A classe trabalhadora não apresentava ameaças reais à ordem burguesa no Brasil, já que sua formação como já mencionado, era ademais, bastante específica. “No caso brasileiro, as ameaças à hegemonia burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram exageradas pelos grupos oligárquicos, como um expediente de manipulação conservadora do ‘radicalismo’ ou do ‘nacionalismo’” (FERNANDES, 2006, p.250). Portanto, a burguesia opta por essas formas de repressão da classe trabalhadora por temer que esta possa a qualquer momento ameaçar o poder adquirido desde a colônia, pois, segundo o autor, a burguesia brasileira, mesmo depois da consolidação da “era burguesa”, mantém-se no poder com as mesmas características de mando do período da colônia.

A nossa burguesia levará o desenvolvimento brasileiro como sempre levou, o que vai dinamizar a economia interna serão os impulsos externos por matérias primas, nos quais o Brasil se manterá especializado. Em nenhum momento pensou-se em fortalecimento da economia interna, “[...] a ambição do lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um alto valor social. O efeito disto sobre a vida econômica do país não poderá ser esquecido nem subestimado” (PRADO JR, 1976, p.209). Eis que após a proclamação da república o que move a burguesia brasileira e a burguesia externa (no Brasil) vai ser ganância por lucros em detrimento dos interesses nacionais.

[...] Em nenhum momento ou fase do passado o país tivera diante de si, neste sentido, perspectivas mais amplas. Para isto concorrem ao mesmo tempo, estimulando-se reciprocamente, fatores externos e internos. Entre aqueles encontramos o grande incremento adquirido pelo comércio internacional; era o fruto do considerável desenvolvimento da população europeia e norte-americana em particular, da ascensão do seu nível de vida, da industrialização, e finalmente, do aperfeiçoamento técnico, tanto material – os sistemas de transporte – como da organização do tráfico mercantil e financeiro. E tudo isto condicionado e estimulado pelo amplo liberalismo econômico que proporcionava a todos os países e povos da terra igual e equitativa oportunidade comercial. Como resultado disto, alargavam-se os mercados para as matérias primas e gêneros alimentares tropicais de países como o Brasil (PRADO JR, 1976, p.207).

Ademais, a associação da burguesia brasileira com as burguesias externas será sempre em busca de maiores lucros, sendo este o papel da burguesia brasileira. Se pensarmos no papel cumprido pelas burguesias dos países hegemônicos e centrais, não há possibilidade de comparação entre elas. Isto porque dadas as condições históricas a que a nossa burguesia foi submetida, somadas à etapa do capitalismo em que se inicia o processo de Independência brasileira, não se pode esperar que ela repetisse os mesmos passos das revoluções burguesas clássicas ou tardias. Assim, “a burguesia atinge sua maturação e [...] sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições [...] com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento” (FERNANDES, 2006, p.258). Portanto, para o autor não há qualquer tentativa de construção da nação nem mesmo nos moldes periféricos. Além disso, aumenta a repressão contra as demais camadas da sociedade brasileira para defender o “pacto tácito” com a burguesia externa. Isso “porque ela não tem como conciliar o modelo neoimperialista de desenvolvimento capitalista, que se impôs de fora para dentro, com os velhos ideais de Revolução Burguesa nacional-democrática” (FERNANDES, 2006, p.258).

Dessa maneira, a formação da burguesia brasileira faz com que esta decida por um pacto com a burguesia externa; a burguesia brasileira já era subjugada à burguesia externa desde a colônia, mas o que difere de antes é que se desenvolve uma dinâmica econômica interna. Mas, essa “opção” limita a luta de classes como mecanismo legítimo de reivindicações que a classe trabalhadora poderia usar para alcançar ganhos para a grande massa da população. O que acontece é que esta fica à margem dos principais processos ocorridos no país, sendo a burguesia brasileira a única e pequena camada de classe privilegiada pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para as outras camadas de classe o que se observa é a permanência de nexos coloniais que solapam a luta da classe trabalhadora.

Para tanto, podemos observar quais são as prioridades dos “setores dominantes internos” quando da passagem do Brasil colônia para o que Florestan denominou de “ordem social competitiva” ou modernidade. “Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico” (FERNANDES, 2006, p. 242). A economia brasileira continuará voltada à atenção de necessidades alheias. Basicamente, a dinâmica econômica será dada pelo setor agroexportador de produtos primários e a grande massa da população ficará excluída de todos esses processos, condicionada por sua formação específica. O tipo de revolução burguesa consolidado no Brasil através da “opção” da burguesia brasileira e, segundo circunstâncias dadas, foi manter como base da modernidade e do desenvolvimento capitalista no Brasil o setor arcaico e nexos originados na colônia.

Esse setor arcaico será o responsável por manter relações patriarcais e estamentais mesmo após a passagem para a “era burguesa” formando classes sociais subordinadas aos interesses externos e, do ponto de vista da classe trabalhadora, a burguesia brasileira consegue que esta não se organize enquanto classe em si e para si para lutar por direitos mínimos mesmo dentro da “ordem”, não tendo direitos tão pouco à democracia burguesa. A classe trabalhadora no Brasil é fragmentada, conformada e desorganizada. A tarefa fundamental é pensarmos como reverter às amarras que nos prendem ao passado, na superação desses entraves e como transformar a classe trabalhadora em agente político consciente do seu papel modificador da sociedade.

A situação da classe trabalhadora no Brasil

Os elementos apontados pelos autores nos mostram o quão específica foi à formação das classes sociais no Brasil e nos colocam questões que, no momento, ainda não temos condições de responder. Já que a Burguesia brasileira, dentro de suas possibilidades não teve condições de promover o mínimo de condições adequadas de reprodução às classes *subalternas* resta-nos pensar

como essa classe formada de forma tão particular num país dependente e subdesenvolvido pode cumprir este papel em prol não só da classe trabalhadora, mas, da superação desse modo de produção tão desigual. Para isso, neste item, buscaremos mostrar a especificidade da classe trabalhadora no Brasil dada a sua formação particular e colocar questões para pensarmos como esta pode desempenhar o seu papel na sociedade brasileira.

Segundo Florestan Fernandes mantiveram-se no Brasil, apesar de haverem transformações capitalistas significativas, estruturas arcaicas e modernas interdependentes. Também não houve a ruptura com as antigas estruturas. E, pensando na classe trabalhadora e em sua formação, não se estabeleceu na época da abolição uma espécie de apoio à mão de obra negra ou mulata, permanecendo estes à margem na sociedade brasileira. O governo vê-se com um problema inexistente o tal *problema da mão de obra*. Inexistente, pois, abundava mão de obra local, sendo esta a dos ex-escravos, mas, preferem importar trabalhadores. Os imigrantes ocupam um lugar que deveria ser dos negros ou mulatos. Essa tal solução contribui para o rebaixamento de salários dada a quantidade excessiva força de trabalho disponível.

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 2008, p.36).

Aliás, o processo de abolição só foi possível devido à necessidade imposta pelos países hegemônicos e centrais e pela burguesia *esclarecida*³ de superação do *antigo regime* e consolidação do capitalismo. Para isso era necessário romper com a escravidão estabelecendo o trabalho assalariado. Essas ideias foram de difícil inserção na sociedade brasileira da época. Existia uma grande parte da elite nativa que era bastante tradicionalista e conservadora optou por manter a forma de trabalho vigente. Mas, a pressão da burguesia externa e a necessidade de aumentar os mercados consumidores (através do assalariamento) foram mais fortes. Esse, segundo Florestan Fernandes, foi o primeiro ciclo revolucionário, sendo “mais produto da transformação estrutural profunda da organização da economia e da sociedade que de movimentos sociais conscientes e estruturados das elites tradicionais e emergentes” (FERNANDES, 2008, p.151). E, o fato de os escravos terem participado dos movimentos abolicionistas na época e terem, com isto, contribuído para a dissolução do “antigo regime” não implica que havia consciência da importância do processo que ocorria no país. Assim,

[...] o fato de o escravo e o liberto terem intervindo como o principal fermento explosivo na desagregação do sistema de castas não é, em si mesmo, um índice de

³ Termo utilizado por Florestan Fernandes para referir a uma pequena parte da burguesia que tinha acesso às ideias liberais emanadas dos países centrais e hegemônicos (FERNANDES, 2006).

participação revolucionária consciente e organizada em bases coletivas autônomas.
(FERNANDES, 2008, p.63)

O segundo ciclo revolucionário, segundo o autor, seria no período em que internamente lutava-se pela expansão interna do capitalismo através do fortalecimento do mercado interno e da intensificação da industrialização. Foi o período caracterizado como de substituição de importações, segundo Celso Furtado, onde se buscou uma industrialização intensiva visando chegar ao nível dos países desenvolvidos. A ideia de que se houvesse crescimento e que se o país se industrializasse internamente levou a crer que seria possível termos autonomia econômica e política. Segundo Florestan Fernandes, “esse processo suscitou uma ilusão de autonomia econômica e política que não encontrava razão de ser” (FERNANDES, 2008, p.153). Mas, na verdade, significou somente uma mudança na forma de dominação. Seria impossível conciliar dominação externa através da burguesia e do imperialismo em suas diferentes formas e desenvolvimento autônomo e nacional.

Submetemo-nos e nos adaptamos ao estágio nos países centrais e hegemônicos ao modo de produção capitalista. E a nossa burguesia mantém a grande massa da população sempre à margem em prol de seus interesses particularistas em manter-se no poder a qualquer custo, mesmo que isso custe nenhum benefício à classe trabalhadora. E esta, por ter-se formado de maneira específica, constituída em grande parte por ex-escravos marginalizados sem condições de lutar por direitos e conquistas mesmo nos marcos burgueses. A burguesia brasileira tem pavor de perder sua posição no cenário mundial, para isto, ela cultiva uma relação de exclusão da grande massa da população dos processos ocorridos no Brasil.

O importante a salientar, no caso, é que a ordem legal e política não sofre, apenas, um deslocamento na direção do autoprivilegiamento das classes burguesas, que fornecem os cidadãos válidos da sociedade civil. Ela sofre, simultaneamente, um estrangulamento simétrico (embora não proporcional e invariável), no sentido da negação parcial dos dissidentes e das outras classes (com a redução ou eliminação de seu espaço político), incorporados ou não na sociedade civil (FERNANDES, 2006, p.404).

Não há para outras classes senão para a minoria burguesa espaço político e as condições de vida da grande massa da população no Brasil são aviltantes. Há uma enorme desigualdade social e de renda e o que se observa atualmente é a tentativa de mascarar a realidade brasileira. Isso faz com que a classe trabalhadora permaneça conformada à sua situação, ou o que é pior, se identifique com os ideais egoísticos da classe dominante.

Para tanto, havia uma espécie de contrato entre a burguesia brasileira interna e a burguesia externa/ dominação imperialista. O rompimento com esse contrato mudaria os rumos da Revolução Burguesa no Brasil havendo uma conciliação entre a burguesia brasileira e a classe trabalhadora.

Romper esse trato faria com que a burguesia brasileira optasse pela *revolução dentro da ordem*. A opção é por manter essa associação impossibilitando a construção de uma nação *autônoma e livre*. “Só restavam o enrijecimento e o uso organizado da violência de classe, ‘enquanto fosse tempo’. Nesse jogo é que a classe tinha de sobrepor-se à nação; e de prevalecer sobre ela” (FERNANDES, 2006, p.388).

Nota-se a opção da burguesia brasileira pelos interesses puramente burgueses em detrimento da nação mantendo-a subordinada aos interesses das nações centrais e hegemônicas. Esperava-se ou acreditava-se que a burguesia brasileira cumpriria o seu papel no sentido clássico consolidando uma Revolução Burguesa de tipo democrático e incluindo a grande massa da população. Mas, “ [...] Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia [...]” (FERNANDES, 2006, p.340).

Basicamente, o papel da burguesia brasileira nesse processo de consolidação do capitalismo no país é como instrumento da burguesia dos países hegemônicos. A burguesia brasileira é fraca, pois não rompe com a burguesia externa e com o imperialismo; ao contrário, reforça ainda mais os laços e serve de ferramenta para a concretização da Revolução Burguesa Dependente. E ao mesmo tempo, precisa se mostrar forte internamente para conter a massa de trabalhadores e manter a *ordem*, minimizando os elementos civilizatórios típicos das Revoluções Burguesas Clássicas. Coube à burguesia brasileira associar-se com a burguesia dos países hegemônicos e centrais para concretizar sua Revolução Burguesa. O que se observa na periferia, segundo Florestan Fernandes, é uma revolução essencialmente política. Não havia base material para se concretizar a Revolução Burguesa periférica econômica e socialmente. Por isso, esta fica restrita a uma pequena camada de privilegiados, permanecendo a classe trabalhadora à margem. Como já mencionamos, para a classe trabalhadora não restou, naquele momento, nem mesmo espaço político como forma de cooptação. Assim, segundo Florestan Fernandes,

[...] As burguesias nacionais dessas nações converteram-se, em consequência, em autênticas “fronteiras internas” e em verdadeiras “vanguardas políticas” do mundo capitalista (ou seja, da dominação imperialista sob o capitalismo monopolista). Pensar que isso acarreta uma depressão dos requisitos políticos do capitalismo dependente é uma ilusão. Semelhante situação exacerba, ainda mais, a importância do elemento político para o desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido (FERNANDES, 2006, p.342-343).

Além disso, a burguesia brasileira faz dos seus interesses os da nação. A questão fundamental, diante disto, era que se pensava e esperava-se que a nossa Revolução atingisse os

marcos burgueses dos países do centro e por isso, foi fácil inserir essa ideia tanto na classe burguesa quanto na classe trabalhadora. Portanto,

[...] vários elementos concorriam, convergentemente, para incentivar as classes burguesas a uma falsa consciência burguesa, mantendo entre essas classes e no resto da sociedade ilusões que violentavam ainda mais as ideologias e as utopias burguesas importadas da Europa e dos Estados Unidos. Essas ilusões sempre foram entretidas e difundidas por uma vasta gama de propagadores (como, por exemplo: os propagandistas republicanos; os modernistas; os tenentes; os constitucionalistas; os nacionalistas etc.). Pode-se dizer que os “notáveis” da burguesia faziam delas a sua crença política, impondo-as como uma espécie de *mores* da civilização brasileira. *Por sua vez, as massas populares e os jovens sentiam-se atraídos por essas mesmas ilusões, que abriam falsas perspectivas reformistas e democráticas à revolução nacional.* Contudo, o desenvolvimento interno do capitalismo não conduzia a sociedade burguesa em tal direção. Ele não comportava uma burguesia “heroica” e “conquistadora”; e tampouco podia alimentar qualquer espécie de igualitarismo, de reformismo ou de nacionalismo exaltado de tipo burguês. Para “governar seu mundo”, as classes burguesas deviam começar por conhecê-lo melhor e por introduzir a *racionalidade burguesa* na compreensão de seus papéis históricos sob o capitalismo dependente (FERNANDES, 2006, p.364, grifo nosso).

Atribuímos o baixo nível de contestação da classe trabalhadora como um todo (urbana e rural) a essas ideias emanadas de fora para dentro e da burguesia para as massas de que estaríamos num estágio passageiro do capitalismo e que conseguiríamos superar esse estágio através da industrialização intensiva. Acreditava-se que a desigualdade social e de renda poderiam ser superadas alcançando um nível superior de desenvolvimento. Essas ilusões faziam com que a classe trabalhadora permanecesse conformada esperando por esse *milagre*⁴. Era necessário para a sobrevivência do capitalismo que os países periféricos se mantivessem dependentes e subdesenvolvidos mesmo após a concretização da Revolução Burguesa como uma contrarrevolução permanente. O Brasil continuava de uma forma diferente submetido aos interesses das nações centrais e hegemônicas.

Há um “[...] crescente divórcio que se dá entre a ideologia e utopia burguesa e a realidade criada pela dominação burguesa. [...]” (FERNANDES, 2006, p.345). A realidade no Brasil era bem diferente da alcançada nos países centrais. Isso gerou convulsões sociais no sentido de conseguir concretizar o que a burguesia não pôde. A luta dos trabalhadores era por necessidades e melhorias

⁴ Quando nos referimos ao alcance desse nível de desenvolvimento como milagroso; falamos no sentido de que não estávamos num estágio inferior de desenvolvimento, mas, a dependência e o subdesenvolvimento eram nossa condição como país periférico (FERNANDES, 2006).

“dentro da ordem”. E o que se concretiza é uma *dominação autocrática burguesa*⁵, onde as condições da burguesia só poderiam ser mantidas se a classe trabalhadora permanecesse controlada. O que se tem é um recrudescimento do Estado e das leis institucionais em direção à repressão e opressão da classe trabalhadora.

Diante disto, as ideologias e as utopias importadas das burguesias dos países do centro faz com que a burguesia brasileira permaneça alheia aos problemas nacionais, diferentemente do que aconteceu nos países onde houve Revolução Burguesa em sua forma clássica, segundo Florestan Fernandes,

[...] As burguesias da periferia sofrem, desse modo, uma oscilação ideológica e utópica, condicionada e orientada a partir de fora. De classes patrocinadoras da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da “democracia” e da “civilização cristã”. Essa reviravolta ideológica e utópica, quanto às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os problemas nacionais e sua solução. Ela fortalece a insensibilidade diante deles, na medida em que não perturbem o desenvolvimento capitalista interno nem o “equilíbrio do sistema capitalista mundial”, ou, ainda, na medida em que sejam úteis para a intensificação da acumulação capitalista. E suscita enorme indulgência para com atitudes e comportamentos que se chocam, precisamente, com os mores da democracia e da civilização cristã, o que significa que, indiretamente, ela amplifica o espaço psicológico, cultural e político para o florescimento de um padrão de liberdade de classe que é extremamente egoístico e irresponsável. No fundo, a referida reviravolta confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enrijecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária (FERNANDES, 2006, p.367-368).

É de suma importância frisar o quão importante foi a transplantação da ideologia e utopia burguesa dos países do centro, pois, a burguesia brasileira por esse motivo foi incapaz de pensar na nação e em promover algum tipo de reforma mesmo “dentro da ordem”. Concomitantemente a isso, além de sua formação específica, a classe trabalhadora se mantém a espera desse nível de desenvolvimento que equalizaria os ganhos para toda a massa da população. O verdadeiro caráter da Revolução Burguesa periférica é contrarrevolucionário.

A burguesia brasileira utiliza-se do Estado com aparência de Estado democrático; como se houvesse democracia e como se esta fosse para todos, mas, na verdade,

⁵ Termo utilizado por Florestan Fernandes para referir-se ao tipo de dominação burguesa consolidada no Brasil.

[...] Ele é, literalmente, um Estado autocrático e oligárquico. Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam simultaneamente o poder econômico, o poder social e o poder político, e usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças à qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, são automaticamente democracia e liberdade para a maioria dominante [...] (FERNANDES, 2006, p.405-406).

O fato de acreditar que existe uma classe dotada de capacidade de levar a revolução a cabo, pensando nos interesses da nação e que a concretizaria como os burgueses das Revoluções clássicas e tardias o fizeram, constituiu uma classe trabalhadora conformada. No entanto as burguesias, tanto internas quanto externas, queriam somente “[...] manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore” (FERNANDES, 2006, p.343).

Outro fator importante e que contribuiu para a falta de organização, apatia e conformismo da massa de trabalhadores no Brasil é o fato de ter-se importado mão de obra imigrante no período pós-abolição. Isso contribuiu, além das questões já levantadas sobre rebaixamento de salários, para que houvesse concorrência na sociedade entre os negros ou mulatos e os imigrantes europeus e ainda para a não integração do negro à sociedade mantendo-o em estado de pauperismo. Fazendo com que os que deveriam se identificar como classe se vissem como concorrentes. Além disso, todos esses fatores contribuíram para a permanência de estruturas de trabalho arcaicas e aumento nos níveis de superexploração na periferia fazendo com que os países capitalistas do centro e hegemônicos auferissem alta lucratividade.⁶ Portanto,

[...] para o “negro” as consequências foram piores. Sem as garantias de reparações materiais e morais escrupulosas, justas e eficazes, a Abolição equivalia – nas zonas de vitalidade da lavoura cafeeira – a condená-lo a eliminação no mercado competitivo de trabalho ou, no mínimo, ao aviltamento de sua condição, como agente potencial de trabalho livre. Longe de equipará-lo ao trabalhador assalariado branco, estrangeiro ou nacional, *expunha-o fatalmente, de modo previsível e insanável, ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social* (FERNANDES, 2008, p.58-59, grifo nosso).

⁶ “[...] A maior imobilidade relativa do capital; a imobilidade predominante da força de trabalho e, acima de tudo, a existência em larga escala de esferas não capitalistas de produção – em outras palavras, a combinação generalizada de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas -, tais são os fatores que tornaram possíveis as diferenças no nível de lucro entre as colônias e os países metropolitanos desde o início da era do imperialismo, e que fizeram do investimento de capital nas colônias e semicolônias uma fonte permanente de superlucros” (MANDEL, 1982, p.57). Para um maior aprofundamento ver MANDEL (1982, cap. III).

Mas, essa forma de capitalismo que *se objetiva e se irradia como força social* na periferia é funcional para sua reprodução. Essa *debilidade* burguesa e o conformismo da classe trabalhadora são antes condição para a perpetuação das contradições e salvaguarda do modo de produção capitalista. Mas, a especificidade da formação da classe trabalhadora e a particular inserção do capitalismo na periferia também de forma particular, segundo Florestan Fernandes, pode fazer com que os conflitos existentes e as classes em formação causem tensões desestabilizadoras.

[...] A reflexão comparada sugere que as insatisfações de uma classe potencial são mais perigosas para uma sociedade de classes em formação e em consolidação, que o querer coletivo de uma “classe em si e para si” numa sociedade de classes plenamente constituída. Enquanto a última pode absorver diferentes tipos de tensões e de conflitos de classes, preservando dentro de certos limites suas estabilidade e capacidade de renovação, a primeira não pode fazer face às tensões e aos conflitos emergentes, que eclodem graças ao aparecimento das relações de classes, sem pôr em risco sua estabilidade e, mesmo, sem destruir-se. Portanto, estruturas de classe em formação e dinamismo de classes ineficientes favorecem a obliteração da “história possível” (FERNANDES, 2009, p.44).

Portanto, o que se tem no Brasil é um tipo de capitalismo *sui generis* onde se moderniza com base no arcaico. Não se supera o atraso. O que temos, segundo Florestan Fernandes, é uma *arcaização do moderno*. Não houve, à medida que se modernizou, a superação dos nexos coloniais.

[...] A inovação parece ser a regra: a “nova mentalidade industrial”, as “novas estruturas econômicas”, a “política para o desenvolvimento” etc. são os novos símbolos e orientações de valores dessa era. Todavia, a inovação incrusta-se em uma realidade socioeconômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilegiamento das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente etc [...] (FERNANDES, 2009, p.49).

Importa-nos frisar o caráter da Revolução Burguesa no Brasil para nos atermos à formação das classes sociais e mais detidamente à particularidade da formação da classe trabalhadora. Esse caráter da nossa revolução, a permanência, mesmo após a industrialização de estruturas e dinamismos coloniais, concomitantemente a isso, o conformismo e apatia da classe trabalhadora atrelada a uma vontade tanto da burguesia externa quanto interna em manter o *status quo*, fizeram com que coubesse à classe trabalhadora o papel de “aprender como realizar a ‘revolução contra a ordem’” (FERNANDES, 2009, p. 49). Aí está a sua especificidade, a classe trabalhadora precisa lutar duplamente e por direitos e condições que na Revolução Burguesa dos países centrais e

hegemônicos foram realizados. A classe trabalhadora nos países periféricos possui um duplo papel: conseguir melhorias para a massa da população excluída e superação deste modo de produção. Cabe a nós pensarmos como superar as contradições do capitalismo e, mais especificamente, as contradições e particularidades do capitalismo periférico.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

_____. **Circuito Fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes no limiar de uma nova era**. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 22ª ed. São Paulo: Nacional, 1987.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

NOVAIS, Fernando. **O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial**. In: MOTA, Guilherme C. Brasil em perspectiva. São Paulo: Difel, 1985.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: (1777-1808)**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **História Econômica do Brasil**. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.